ANEXO I ÓRGÃOS GESTORES E CORRESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCIADAS POR BENEFÍCIOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

POLÍTICA	TRIBUTO	LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Biodiesel	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	Lei nº 11.116, de 2005 (art. 1º ao art. 13)	Casa Civil da Presidência da República	Ministério da Fazenda
	Contribuição para o PIS-Pasep	Decreto nº 5.297, de 2004 (art. 4º)		
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - Reidi (Agricultura)	Cofins	Lei nº 11.488, de 2007 (art. 1º ao art. 5º)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Fazenda
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	ITR	Lei nº 9.393, de 1996 (art. 3º, caput , incisos I e II, e o art. 3º-A)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Casa Civil da Presidência da República
Informática e automação		Lei nº 8.248, de 1991 (art. 4º); Lei nº 10.176, de 2001 (art. 11); Lei nº 11.077, de 2004; Lei nº 13.023, de 2014; e Decreto nº 5.906, de 2006		Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Inovação tecnológica	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	Lei nº 11.196, de 2005 (art. 17, caput , inciso VI)	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
	IPI-Interno	Lei nº 11.196, de 2005 (art. 17); e Decreto nº 5.798, de 2006		
	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lei nº 11.196, de 2005 (art. 19, art. 19-A e art. 26); Lei nº 11.487, de 2007; Lei nº 12.546, de 2011 (art. 13); e Lei nº 11.774, de 2008 (art. 4º)		
	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ			
Máquinas e equipamentos - CNPq	Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado		Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
	Imposto sobre Importação - II			
	Cofins	Lei nº 8.010, de 1990; e Lei nº 10.865, de 2004 (art. 9º, caput , inciso II, alínea "h")		
	Contribuição para o PIS-Pasep			

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - Padis	IPI-Vinculado	Lei nº 11.484, de 2007 (art. 1º ao art. 11, art. 64 e art. 65, em específico: art. 3º, caput , inciso III, art. 4º, caput , inciso II, e o art. 5º); Lei nº 13.159, de 2015; e Lei nº 13.169, de 2015 (art. 12)	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
	II	Lei nº 11.484, de 2007 (art. 1º ao art. 11, em específico: art. 3º, § 5º); Lei nº 13.159, de 2015; e Lei nº 13.169, de 2015 (art. 12)		
	Cofins Contribuição para o PIS-Pasep IRPJ	Lei nº 11.484, de 2007 (art. 1º ao art. 11); e Lei n º 13.169, de 2015		
	IPI-Interno Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide	Lei nº 11.484, de 2007 (art. 3º, § 3º, art. 5º e art. 65); Lei nº 13.169, de 2015 (art. 12);		
Tecnologia de Informação - TI e Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC	IRPJ	Lei nº 11.908, de 2009 (art. 11); e Lei nº 11.774, de 2008 (art. 13-A)	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
Entidades sem fins lucrativos - Científica	Cofins	Constituição de 1988 (art. 150, caput, inciso VI, alínea "c", e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso X); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
Horário eleitoral gratuito	IRPJ IRPJ	Lei nº 9.096, de 1995 (art. 52,		-
December 15 at 15	Adirional	parágrafo único); Lei nº 9.504, de 1997 (art. 99); e Decreto nº 7.791, de 2012	Comunicações	
Pesquisas científicas	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	Lei nº 10.893, de 2004 (art. 14, caput, inciso IV, alínea "e")	Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
Telecomunicações em áreas rurais e regiões remotas	Cofins	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 35 e art. 37)	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-
Despesas com pesquisas científicas e	Contribuição para o PIS-Pasep IRPJ	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 35 e art. 37) Lei nº 4.506, de 1964 (art. 53);	Ministério da Ciência,	
tecnológicas	INFJ	Decreto-Lei nº 756, de 1969 (art. 32, caput, alínea "a"); Lei nº 7.735, de 1989 (art. 2º); e Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001		-
Atividade audiovisual	IRRF	Lei nº 8.685, de 1993 (art. 3º e art. 3º-A); Decreto-Lei nº 1.089, de 1970; e Lei nº 9.430, de 1996 (art. 72)	Ministério da Cultura	-
Programa Nacional de Apoio à Cultura	Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	Lei nº 8.313, de 1991 (art. 18, § 3º e art. 26, caput, inciso I); Lei nº 9.250, de 1995 (art. 12, caput, inciso II); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 22); Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001 (art. 39, caput, inciso X, e § 6º); e Decreto	Ministério da Cultura	-
Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac -	IRPJ	nº 5.761, de 2006 (art. 28 e art. 29) Lei nº 8.313, de 1991 (art. 26, § 1º, inciso II); Lei nº 9.249, de 1995 (art.	Ministério da Cultura	-
Dedução Despesa Operacional		13, § 2º, inciso I); e Decreto nº 5.761, de 2006 (art. 30, § 1º)		
Pronac - Dedução Imposto sobre a Renda	IRPJ	Lei nº 8.313, de 1991 (art. 26, §1º); Lei nº 9.249, de 1995 (art. 13, § 2º, inciso 1); Decreto nº 5.761, de 2006 (art. 28 e art. 30); Lei nº 8.313, de 1991 (art. 18, caput, e § 1º e § 3º); e Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001 (art. 39, caput, inciso X, e § 6º, e art.	Ministério da Cultura	-
Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural	Cofins	Constituição de 1988 (art. 150, caput, inciso VI, alínea "c", e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso X); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010.	Ministério da Cultura	-
Indústria cinematográfica e radiodifusão	IRPJ Cofins	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, incisos V e XXIII, e art. 28, caput, XXI)	Ministério da Cultura	-
Livros	Contribuição para o PIS-Pasep Cofins	Lei nº 11.033, de 2004 (art. 6º)	Ministério da Cultura	-
Livros, jornais e periódicos	Contribuição para o PIS-Pasep AFRMM	Lei nº 10.893, de 2004 (art. 14, caput, inciso II)	Ministério da Cultura	-
Programação	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine	Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001	Ministério da Cultura	-
Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid	IPI-Vinculado	Lei nº 12.598, de 2012 (art. 7º ao art. 11, em específico: art. 9º, caput, inciso IV); e Decreto nº 8.122, de 2013	Ministério da Defesa	-
	Cofins Contribuição para o PIS-Pasep	Lei nº 12.598, de 2012 (art. 7º ao art. 11); e Decreto nº 8.122, de 2013	Ministério da Defesa	-
Creches e pré-escolas	IPI-Interno Cofins	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 24 ao	Ministério da Educação	-
	Contribuição para o PIS-Pasep CSLL	art. 27)		
Entidades beneficentes de assistência social (Cebas)	IRPJ Contribuição para a Previdência Social	Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº	Ministério da Educação	Ministério da Fazenda
Programa Universidade para Todos - Prouni	CSLL	7.237, de 2010. Lei nº 11.096, de 2005	Ministério da Educação	-
	IRPJ Cofins Contribuição para o PIS-Pasep	Lei nº 11.096, de 2005 (art. 8º)		
Transporte escolar	Contribulção para o PIS-Pasep Cofins	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 28, caput, incisos VIII e IX)	Ministério da Educação	-

Methodication Migration Presentanteriors historicoronis Franchismores shortcoronis	Despesas com educação	Contribuição para o PIS-Pasep IRPF	Lei nº 9.250, de 1995 (art. 8º) e Lei nº	Ministério da Educação	Ministério da Fazenda
Transcrient Administration 107 Development in 2.407, do 5086, do 1.10	Motocicletas		caput, inciso XXVI); e Decreto nº	Ministério da Fazenda	-
Table International companies Table International State	Financiamentos habitacionais	IOF	Decreto-Lei nº 2.407, de 1988; e Decreto nº 6.306, de 2007 (art. 9º,	Ministério da Fazenda	-
International Contribution International		IOF	Lei nº 8.383, de 1991 (art. 72); e Decreto nº 6.306, de 2007, (art. 9º,	Ministério da Fazenda	-
Expertaglic de produjo num Contribujo para a Previdence		IPI-Interno	Lei nº 8.989, de 1995; Lei nº 12.767, de 2012 (art. 29); e Lei nº 13.146, de		
Associatorios de ocultamente com 65 en con con runte com 1867 en con 1867 en con 1868 de 187 de 2015 de 2015 en con 1867 en co	Exportação da produção rural		Constituição de 1988 (art. 149, § 2º, inciso I); e Lei nº 8.870, de 1994 (art.	Ministério da Fazenda	-
International Content Inte		IRPF	Lei nº 7.713, de 1988 (art. 6º, caput , inciso XV); Lei nº 12.469, de 2011; e	Ministério da Fazenda	-
Debeharuse de concludades per 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazenda 1867 Lei nº 12.431, de 2011 (prt. 2º 5 art. Ministério da Fazend			Lei nº 7.713, de 1988 (art. 6º, caput,		
Emphasismo	Associações de nounança e	IPDI	Decreto-Lei nº 70 de 1966 (art. 1º e	Ministério da Fazenda	
Debibritures de sociedades de progênite pagentino par en la composition de la compos			art. 7º)	Willisterio da l'azenda	
Deběsture de sociedades de IRPJ Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º e art. Ministério da Fazenda Provincia internole em pezquisa, deservolvimento e invocajos, deservolvimento e invocajos. RRSF Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º e art. S. 1º e 2.511 (art. 2º e art.	propósito específico para investimento na área de		Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º e art.	Ministério da Fazenda	-
Deběsture de sociedades de IRPJ Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º e art. Ministério da Fazenda Provincia internole em pezquisa, deservolvimento e invocajos, deservolvimento e invocajos. RRSF Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º e art. S. 1º e 2.511 (art. 2º e art.					
Desoneração da folha de salários IRBF Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º, § 1º e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º e Lei nº 12.431, d		IRRF	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
Desoneração da folha de salários IRBF Lei nº 12.431, de 2011 (art. 2º, § 1º e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º e Lei nº 12.431, d					
Lei not 12.43, de 2011 (art. 2, § 13 e	propósito específico para investimento na produção econômica intensiva em pesquisa,	IRPJ		Ministério da Fazenda	-
Desoneração da folha de salários Contribuíção para a Previdência Lei nº 12.546, de 2011 (art. 7º ao art. 151, de 2012 (art. 7º ao art. 151, de 2013 (art. 2º art. 156), te 2013 (art. 2º art. 156), te 10º art. 151, de 2013 (art. 2º art. 20), te 10º art. 151, de 2013 (art. 2º art. 20), te 10º art. 151, de 2013 (art. 2º art. 20), te 10º art. 151, de 2013 (art. 2º art. 20), te 10º art. 2003 (art. 4), te	desenvolvimento e inovação	IRRF			
ari. 567; Let nº 12,794, de 2013 [art. 1] te art. 227; Medida Provision nº 101, de 2013 [Medida Provision nº 101, de 2013 [Medida Provision nº 101, de 2013 [Medida Provision nº 101, de 2014 [art. 14]; Let nº 13,043, de 2014 [art. 3]; Let nº 13,1043, de 2014 [art. 4]; Let nº 1	Desoneração da folha de salários		Lei nº 12.546, de 2011 (art. 7º ao art.	Ministério da Fazenda	-
Doações a entidades civis sem fins		Social	art. 56); Lei nº 12.794, de 2013 (art. 1º e art. 2º); Medida Provisória nº 601, de 2012; Medida Provisória nº 612, de 2013 (art. 25 e art. 26); Lei nº 12.844, 2013; Medida Provisória nº 651, de 2014 (art. 41); Lei nº 13.043, de 2014 (art. 53); Lei nº 13.161, de		
September Sept		CSLL	Lei nº 9.249, de1995 (art. 13, § 2º, inciso III); e Medida Provisória nº	Ministério da Fazenda	-
Dona de casa	Doações a instituições de ensino e		, , ,	Ministério da Fazenda	-
Social de 1991 (art. 21, § 29, inciso II, alinea Social Social de 1991 (art. 21, § 29, inciso II, alinea Social Soc			,		
Associação civil Section Secti		Social	de 1991 (art. 21, § 2º, inciso II, alínea "b")		-
IRP Constituição de 1988 (art. 150, inciso VI, alínea "c" e art. 155, § 79; lei nº 9.532, de 1997 (art. 12º e art. 15); § 79; lei nº 9.532, de 1997 (art. 12º e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2010, art. 12º e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2010, art. 12º e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2010, art. 14º e aput. inciso XI; lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010. Fundo de Investimento em Participações em infraestrutura - FIP- IE IRPJ		Cotins	VI, alínea "c" e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997(art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput , inciso X); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237,	Ministerio da Fazenda	-
VI, alinea "c" e art. 195, 5 79; Lei nº 9					
CSLL RPJ Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º § 1º, inciso l); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º)		Cofins	VI, alínea "c" e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput , inciso X); Lei nº	Ministério da Fazenda	-
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP- IE IRRF IRRF Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º § 1º, inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) IRRF Lei nº 11.478, de 2007, (art. 2º, § 3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Deservolvimento e Inovação - FIP- PD&I e Debêntures IRRF Lei nº 11.478, de 2007, (art. 2º § 1º, inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º, § 3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º, § 3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Letra Imobiliária Garantida IRRF Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º, § 3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Letra Imobiliária Garantida IRRF Lei nº 13.097, de 2015 (art. 90, caput, inciso I) IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda - inciso I) Poupança IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda - inciso I)		CSII			
Participações em Infraestrutura - FIP- Inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º)	Fundo de Investimento em	IRPJ	Lei nº 11 479 do 2007 fort 20 5 40	Ministório do Fozordo	
Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - FIP- PD&I e Debêntures IRRF Lei nº 11.478, de 2007, (art. 2º § 1º, inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Lei nº 13.097, de 2015 (art. 90, caput, inciso I) Poupança IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda -	Participações em Infraestrutura - FIP-	IKPJ	inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011	Ministerio da Fazenda	-
Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - FIP- PD&I e Debêntures IRRF Lei nº 11.478, de 2007 (art. 2º, § 3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art. 4º) Letra Imobiliária Garantida IRRF Lei nº 13.097, de 2015 (art. 90, caput, inciso I) Poupança IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda - Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda -		IRRF	3º); e Lei nº 12.431, de 2011 (art.		
IRRF	Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - FIP-	IRPJ	inciso I); e Lei nº 12.431, de 2011 (art.	Ministério da Fazenda	-
Letra Imobiliária Garantida IRRF Lei nº 13.097, de 2015 (art. 90, caput, inciso I) Poupança IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput, Ministério da Fazenda -	PDAI e Debentures	IRRF			
Poupança IRRF Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput , Ministério da Fazenda -	Letra Imobiliária Garantida	IRRF	Lei nº 13.097, de 2015 (art. 90, caput,	Ministério da Fazenda	-
~	Poupança	IRRF	Lei nº 8.981, de 1995 (art. 68, caput,	Ministério da Fazenda	-

Previdência privada fechada	CSLL	Decreto-Lei nº 2.065, de 1983 (art. 6º); e IN SRF nº 588, de 2005 (art. 17)	Ministério da Fazenda	-
Rede Arrecadadora	Cofins	Lei nº 12.844, de 2013 (art. 36)	Ministério da Fazenda	_
Seguro ou pecúlio pago por morte ou invalidez	IRPF	Lei nº 7.713, de 1988 (art. 6º, caput, incisos VII e XIII)	Ministério da Fazenda	-
Seguro Rural	IOF	Decreto-Lei nº 73, de 1966 (art. 19); Decreto nº 6.306, de 2007, art. 23, caput, inciso III); e Lei Complementar nº 137, de 2010 (art. 22, caput, inciso III)	Ministério da Fazenda	-
Agricultura e Agroindústria - Desoneração cesta básica	Cofins	Lei nº 10.925, de 2004, (art. 1º, art. 8º e art. 9º); Decreto nº 5.630, de 2005; Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, e art. 28); Lei nº 11.727, de 2008(art. 25); e Lei nº 12.839, de 2013	Ministério da Fazenda	-
Entidades sem fins lucrativos - Recreativa	Contribuição para o PIS-Pasep Cofins	Constituição de 1988 (art. 150, caput, inciso VI, alínea "c" e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso X); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério da Fazenda	-
	CSLL IRPJ			
Benefícios Previdenciários a Empregados e Fundo de Aposentadoria Individual - FAPI	IRPJ	Lei nº 9.249, de 1995 (art. 13, caput, inciso V); Lei nº 9.477, de 1997 (art. 7º e art. 10); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 11, § 2º, § 3º e § 4º); e Lei nº 10.887, de 2004	Ministério da Fazenda	-
Planos de Poupança e Investimento - PAIT	IRPJ	Decreto-Lei nº 2.292, de 1986 (art. 5º, § 2º)	Ministério da Fazenda	-
Entidades sem fins lucrativos - Educação	Cofins	Constituição de 1988 (art. 150, caput, inciso VI, alínea "c" e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso X); Lei nº 12.101, de 2009); e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério da Educação	-
	IRPJ			
Áreas de livre comércio	II	Lei nº 7.965, de 1989 (art. 3º); Lei nº 8.210, de 1991 (art. 4º); Lei nº 8.256, de 1991 (art. 4º e art. 14); Lei nº 8.387, de 1991 (art.11, § 2º); Lei nº 9065, de 1995 (art. 19); e Lei nº 13.023, de 2014 (art. 3º)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-
	IPI-Vinculado IPI-Interno	Lei nº 7.965, de 1989 (art. 4º, art. 6º e art. 13); Lei nº 8.210, de 1991 (art. 6º e art. 13); Lei nº 8.256, de 1991 (art. 7º e art. 14); Lei nº 8.387, de 1991 (art. 11, § 2º); Lei nº 8.857, de 1994 (art. 7º); Lei nº 8.981, de 1995 (art. 108, art. 109 e art. 110); Lei nº 13.023, de 2014 (art. 3º); Lei nº 11.898, de 2009; e Decreto nº 8.597, de 2015		
Promoção de produtos e serviços brasileiros	IRRF	Lei nº 9.481, de 1997 (art. 1º, caput, inciso III); Decreto nº 6.761, de 2009; e Medida Provisória nº 2.159, de 2001 (art. 9º)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-
Setor Automotivo - Empreendimento industriais Sudam, Sudene, Centro-Oeste	IPI-Interno	Lei nº 9.826, de 1999; Lei nº 12.218, de 2010; Lei nº 12.973, de 2014; Lei nº 13.043, de 2014; e Decreto nº 7.422, de 2010	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-
Setor Automotivo - Novos projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste	IPI-Interno	Lei nº 12.407, de 2011	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-
Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional	Contribuição para a Previdência Social	Lei Complementar nº 123, de 2006; Lei Complementar nº 127, de 2007; Lei Complementar nº 139, de 2011; e Lei Complementar nº 147, de 2014	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	-
	Cofins			
	Contribuição para o PIS-Pasep			
	CSLL	_		
	IRPJ	-		
	IPI-Interno	-		
		1	1	
Zona Franca de Manaus - Importação de matéria-prima	Cofins	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 14-A)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	

de matéria-prima	Contribuição para o PIS-Pasep	Let II- 10.003, de 2004 (dit. 147)	Comércio Exterior e Serviços	
Zona Franca de Manaus - Importação de bens de capital		Lei nº 11.196, de 2005 (art. 50); Lei nº 10.865, de 2004 (art. 14, § 1º); e Decreto nº 5.691, de 2006.	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
	Contribuição para o PIS-Pasep			

Zona Franca de Manaus - Matéria- prima produzida na Zona Franca de Manaus	Cofins	Lei nº 10.637, de 2002 (art. 5º-A); e Decreto nº 5.310, de 2004	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	II	Decreto-Lei nº 288, de 1967 (art. 3º, § 1º, art. 7º, caput, inciso II); Decreto-Lei nº 356, de 1968 (art. 1º); Decreto-Lei nº 2.434, de 1988 (art. 1º, caput, inciso II, alínea "c"); Lei nº 8.032, de 1990 (art. 2º, caput, inciso II, alínea "d", e art. 4º); Lei nº 8.387, de 1991 (art. 1º); Constituição de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 40, art. 92 e art. 92-A); Portaria Interministerial nº 272, de 1993, do Ministérios da Integração Regional, da Ciência e Tecnologia, da Indústria, do Comércio e do Turismo e das Comunicações (art. 1º)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
	IPI-Vinculado			
	IPI-Interno	Decreto-Lei nº 288, de 1967 (art. 4º, art. 9º, § 1º); Lei nº 8.387, de 1991 (art. 1º); Constituição de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 40, art. 92 e art. 92-A); Decreto-Lei nº 356, de 1968 (art. 1º); e Decreto-Lei nº 1.435, de 1975 (art. 6º)		
Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas diferenciadas	Contribuição para o PIS-Pasep	Lei nº 10.637, de 2002 (art. 2º, § 4º e art. 3º, § 12); Lei nº 10.833, de 2003 (art. 2º, § 5º e art. 3º, § 17); Decreto nº 5.310, de 2004; Lei nº 10.996, de 2004 (art. 3º e art. 4º); e Lei nº 13.097, de 2015 (art. 147)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
	Cofins	Lei nº 10.996, de 2004 (art. 3º e art. 4º); Lei nº 10.637, de 2002 (art. 2º, § 4º e art. 3º, § 12); Lei nº 10.833, de 2003 (art. 2º, § 5º e art. 3º, § 17); Decreto nº 5.310, de 2004; e Lei nº 13.097, de 2015 (art. 147)		
Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de mercadorias	Cofins Contribuição para o PIS-Pasep	Lei nº 10.996, de 2004 (art. 2º); Decreto nº 5.310, de 2004; e Lei nº 11.196, de 2005 (art. 65)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
Microempreendedor Individual - MEI		Lei complementar nº 123, de 2006	Ministério da Indústria,	
Wicioempreendedor individual - Will	Social	(art. 18-Å, § 3º, inciso V, alínea "a" e § 11); Lei nº 12.470, de 2011; e Lei nº 8.212, de 1991 (art. 21, § 2º, inciso II, alínea "a")	Comércio Exterior e Serviços	
Aerogeradores	Contribuição para a DIS Pasas	Lei nº 13.097, de 2015 (art. 1º); e Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, inciso XL, e art. 28, caput , inciso XXXVII)	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
Petroquímica	Contribuição para o PIS-Pasep Cofins	Lei nº 11.196, de 2005 (art. 56, art. 57 e art. 57-A); Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 15); e Lei nº 12.895, de 2013	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira - Retaero	Contribuição para o PIS-Pasep IPI-Vinculado Cofins	Lei nº 12.249, de 2010 (art. 29 a art. 33, em específico: art. 31, caput, inciso IV); e Lei nº 12.598, de 2012 (art. 16) Lei nº 12.249, de 2010 (art. 29 a art. 33); e Lei nº 12.598, de 2012 (art.	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
Fundos Constitucionais	Contribuição para o PIS-Pasep IPI-Interno IOF	16) Lei nº 7.827, de 1989 (art. 8º); e Decreto nº 6.306, de 2007 (art. 9º, caput, inciso III)	Ministério da Integração Nacional	
Sudam - Isenção projeto industrial / agrícola	IRPJ	Lei nº 9.532, de 1997 (art. 3º); e Lei nº 9.808, de 1999 (art. 13)	Ministério da Integração Nacional	
Sudam - Isenção projeto tecnologia digital	IRPJ	Lei nº 12.546, de 2012 (art. 11); Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 1º, § 1º-A); Lei nº 12.715, de 2012 (art. 69); e Lei nº 12.995, de 2014 (art. 10)	Ministério da Integração Nacional	
Sudam - Redução 75% projeto setor prioritário	IRPJ	Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 1º); Lei nº 12.715, de 2012 (art. 69); e Lei nº 12.995, de 2014 (art. 10)	Ministério da Integração Nacional	
Sudam - Redução por reinvestimento	IRPJ	Lei nº 8.167, de 1991 (art. 19); Lei nº 8.191, de 1991 (art. 4º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 2º); Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 3º); e Lei nº 12.715, de 2012 (art. 69)	Ministério da Integração Nacional	

Sudene- Isenção projeto industrial / agrícola	IRPJ	Lei nº 9.532, de 1997 (art. 3º); e Lei nº 9.808, de 1999 (art. 13)	Ministério da Integração Nacional	
Sudene - Isenção projeto tecnologia digital	IRPJ	Lei nº 12.546, de 2012 (art. 11); Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 1º, § 1º-A); Lei nº 12.715, de 2012 (art. 69); e Lei nº 12.995, de 2014 (art. 10)	Ministério da Integração Nacional	
Sudene - Redução 75% projeto setor prioritário	IRPJ	Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 1º); Lei nº 12.715, de 2012 (art. 69); e Lei nº 12.995, de 2014 (art. 10)	Ministério da Integração Nacional	
Sudene - Redução por reinvestimento	IRPJ	Lei nº 8.167, de 1991 (art. 19); Lei nº 8.191, de 1991 (art. 4º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 2º); Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 (art. 3º); e Lei nº 12.715, 2012 (art. 69)	Ministério da Integração Nacional	
Entidades beneficentes de assistência social (Cebas)	Contribuição para a Previdência Social	Constituição de 1988 (art. 195, § 7º); Lei nº 12.101, de 2009); e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério da Saúde	Ministério da Fazenda
Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial	Cofins	Lei nº 13.043, de 2014 (art. 70)	Ministério da Saúde	
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Medicamentos	Cofins	Lei nº 10.147, de 2000	Ministério da Saúde	
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - Pronas/PCD	IRPJ	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 1º ao art.14); Lei nº 12.844, de 2013 (art. 28); e Lei nº 13.169, de 2015 (art. 10)	Ministério da Saúde	
	IRPF	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 3º e art.4º); e Lei nº 9.250, de 1985 (art. 12, caput, inciso VIII)		
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon	IRPF	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 1º a art. 14)	Ministério da Saúde	
	IRPJ	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 1º ao art. 14); Lei nº 12.844, de 2013 (art. 28); e Lei nº 13.169, de 2015 (art. 10)		
Assistência médica, odontológica e farmacêutica a empregados	IRPJ	Lei nº 9.249, de 1995 (art. 13, caput, inciso V)	Ministério da Saúde	
Despesas médicas	IRPF	Lei nº 9.250, de 1995 (art. 8º, caput, inciso II, alínea "a")	Ministério da Saúde	
Entidades sem fins lucrativos - Assistência Social e Saúde	Cofins	Constituição de 1988 (art. 150, caput, inciso VI, alínea "c" e art. 195, § 7º); Lei nº 9.532, de 1997 (art. 12 e art. 15); Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso X); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério da Saúde	
	CSLL			
	IRPJ	1		
Produtos químicos e farmacêuticos	Cofins	Lei nº 10.637, de 2002 (art. 2º, § 3º); Lei nº 10.833, de 2003 (art. 2º, § 3º); Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 11); e Decreto nº 6.426, de 2008	Ministério da Saúde	
	Contribuição para o PIS-Pasep	1		
	, ,			
	Cofina	Loi no 11 400 do 2007 /ort 10 o ort	Ministéria das Cidados	Ministário do Farando
Boidi (Canaamanta)				

Reidi (Saneamento)	Cofins	Lei nº 11.488, de 2007 (art. 1º a art. 5º)	Ministério das Cidades	Ministério da Fazenda
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Minha Casa, Minha Vida	Cofins	Lei nº 10.931, de 2004 (art. 4º, § 6º); Lei nº 12.024, de 2009 (art. 2º); e Lei nº 13.097, de 2015 (art. 4º e art. 6º)	Ministério das Cidades	
	Contribuição para o PIS-Pasep	,		
	CSLL			
	IRPJ			
Transporte coletivo	Cofins	Lei nº 12.860, de 2013	Ministério das Cidades	
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - Renuclear	IPI-Vinculado	Lei nº 12.431, de 2011 (art. 14 ao art. 17, em específico: art. 16, caput, inciso II); e Lei nº 13.043, de 2014 (art. 86)	Ministério de Minas e Energia	
	II	Lei nº 12.431, de 2011 (art. 14 ao art. 17, em específico: art. 16, caput, inciso III)		
	Cofins	Lei nº 12.431, de 2011 (art. 14 ao art. 17)		
	Contribuição para o PIS-Pasep	1		
	IPI-Interno			
Termoeletricidade	Cofins	Lei nº 10.312, de 2001 (art. 1º e art. 2º)	Ministério de Minas e Energia	
	Contribuição para o PIS-Pasep	_ ,		
Gás natural liquefeito	Cofins	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, inciso XVI)	Ministério de Minas e Energia	
	Contribuição para o PIS-Pasep	,		
Reidi (Energia)	Cofins	Lei nº 11.488, de 2007 (art. 1º ao art. 5º)	Ministério de Minas e Energia	Ministério da Fazenda
	Contribuição para o PIS-Pasep			
intidades beneficentes de assistência social (Cebas)		Constituição de 1988 (art. 195, § 7º); Lei nº 12.101, de 2009; e Decreto nº 7.237, de 2010	Ministério do Desenvolvimento Social	Ministério da Fazenda
oações de bens para entidades filantrópicas	AFRMM	Lei nº 10.893, de 2004 (art. 14, caput, inciso IV, alínea "a")	Ministério do Desenvolvimento Social	
Evento esportivo, cultural e científico	Cide	Lei nº 11.488, de 2007 (art. 38)	Ministério do Esporte	
	Cofins			

	Contribuição para o PIS-Pasep	-		
	II			
	IPI-Vinculado			
Incentivo ao desporto	IRPF IRPJ	Lei nº 11.438, de 2006 (art. 1º) Lei nº 11.438, de 2006; e Lei n° 13.155, de 2015 (art. 43)	Ministério do Esporte	
Água mineral	Cofins	Lei nº 12.715, de 2012 (art. 76)	Ministério do Meio Ambiente	
Resíduos sólidos	Contribuição para o PIS-Pasep IPI-Interno	Lei nº 12.375, de 2010 (art. 5º); Lei nº 13.097, de 2015 (art. 7º); e Decreto nº 7.619, de 2011	Ministério do Meio Ambiente	
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	IRPJ	Lei nº 6.321, de 1976 (art. 1º); e Lei nº 9.532, de 1997 (art. 5º e art. 6º, caput, inciso I)	Ministério do Trabalho	
Empresa cidadã	IRPJ	Lei nº 11.770, de 2008	Ministério do Trabalho Ministério do Trabalho	
Incentivo à formalização do emprego doméstico	IRPF	Lei nº 9.250, de 1995 (art. 12, caput , inciso VII, e § 3º)		
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho	IRPF	Lei nº 7.713, de 1988 (art. 6º, caput , inciso V); e Lei nº 8.036, de 1990 (art. 28)	Ministério do Trabalho	
Automóveis - Pessoas com deficiência	IOF	Lei nº 8.383, de 1991 (art. 72, caput, inciso IV); e Decreto nº 6.306, de 2007 (art. 9º, caput, inciso VI)	Ministério dos Direitos Humanos	
	IPI-Interno	Lei nº 8.989, de 1995; Lei nº 12.767, de 2012 (art. 29); e Lei nº 13.146, de 2015 (art. 126)		
Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	IRPF	Lei nº 8.069, de 1990 (art. 260, caput, inciso II); Lei nº 9.250, de 1995 (art. 12, caput, inciso I); e Lei nº 9.532, de 1997 (art. 22)	Ministério dos Direitos Humanos	
	IRPJ	Lei nº 8.069, de 1990 (art. 260); e Lei nº 12.594, de 2012 (art. 87)		
Fundos do Idoso	IRPJ	Lei nº 12.213, de 2010; e Lei nº 12.594, de 2012 (art. 88)	Ministério dos Direitos Humanos	
	IRPF	Lei nº 9.250, de 1995 (art. 12, caput , inciso I); e Lei nº 9.532, de 1997 (art. 22)	nullialios	
Cadeira de rodas e aparelhos assistivos	Contribuição para a DIS Daces	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º e art. 28)	Ministério dos Direitos Humanos	
Amazônia Ocidental	Contribuição para o PIS-Pasep AFRMM	Lei nº 10.893, de 2004 (art. 14, caput, inciso V, alínea "g")	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Mercadorias Norte e Nordeste	AFRMM	Lei nº 9.432, de 1997 (art. 17); Lei nº 10.893, de 2004 (art. 4º, parágrafo único, inciso I); Lei nº 11.482, de 2007 (art. 11); Lei nº 11.033, de 2004 (art. 18); Decreto nº 8.257, de 2014 (art. 4º, caput, incisos II, III e IV e parágrafo único); Lei nº 12.507, de 2011 (art. 3º); e Lei nº 13.458, de 2017	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Leasing de aeronaves	IRRF	Lei nº 11.371, de 2006 (art. 16); Lei nº 9481, de 1997 (art. 1º, caput, inciso V); e Lei nº 13.043, de 2014 (art. 89)	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Reporto	II	Lei nº 11.033, de 2004 (art. 13 ao art. 16, em específico: art. 14); Decreto nº 6.582, de 2008; Lei nº 11.774, de 2008 (art. 5º); Lei nº 12.715, de 2012 (art. 39); Lei nº 12.688, de 2012 (art. 30); e Lei nº 13.169 (art. 7º)	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
	IPI-Vinculado			
	Cofins	Lei nº 11.033, de 2004 (art. 13 ao art. 16); Decreto nº 6.582, de 2008; Lei nº 11.774, de 2008; Lei nº 12.715, de 2012 (art. 39); Lei nº 12.688, de 2012 (art. 30); e Lei nº 13.169, de 2015 (art. 7º)		
	Contribuição para o PIS-Pasep			
Trem de alta velocidade	IPI-Interno Cofins	Lei nº 10.865, de 2004 (art. 28, caput, inciso XX)	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Embarcações	Contribuição para o PIS-Pasep IPI-Interno	Lei nº 9.493, de 1997 (art. 10); Lei nº 11.774, de 2008 (art. 15); e Decreto	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Embarcações e aeronaves	IPI-Vinculado	nº 6.704, de 2008 Lei nº 8.032, de 1990 (art. 2º, caput ,	Ministério dos Transportes,	
		inciso II, alínea "j" e art. 3º, caput, inciso I); Lei nº 8.402, de 1992 (art. 1º, caput, inciso IV); e Lei nº 9.493, de	Portos e Aviação Civil	
	II	1997 (art. 11) Lei nº 8.032, de 1990 (art. 2º, caput, inciso II, alínea "j"); Lei nº 8.402, de 1992 (art. 1º, caput, inciso IV); e Lei nº 9.493, de 1997 (art. 11)		
	Cofins	Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso VI e § 1º); e Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, incisos I, VI e VII e art. 28, caput,		
	Contribuição para o PIS-Pasep	incisos IV e X) Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (art. 14, caput, inciso VI e § 1º); e Lei nº 10.865, de 2004 (art. 8º, § 12, incisos I, VI e VII e art. 28, caput, incisos IV e X)		
Reidi (Transporte)	Cofins	Lei nº 11.488, de 2007 (art. 1º ao	Ministério dos Transportes,	Ministério da Fazenda
	Contribuição para o PIS-Pasep	art. 5º)	Portos e Aviação Civil	

ÓRGÃOS GESTORES E CORRESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCIADAS POR BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA E CREDITÍCIA

OKAAOS GESTORES E CORRESPONSAVEIS PERAS POLITICAS POBLICAS TIMANCIADAS POR BENEFICIOS DE NATUREZA TIMANCEIRA E CREDITICIA					
BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO	LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL	
Financeiro	Subvenção a consumidores de energia elétrica da subclasse residencial baixa renda	Lei nº 12.212, de 2010; Decreto nº 7.583, de 2011; e Lei nº 12.783, de 2013	Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel		
Creditício	Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Lei nº 9.818, de 1999; Decreto nº 4.929, de 1999; Decreto nº 3.937, de 2001; e Decreto nº 4.993, de 2004			
Creditício	Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	Lei nº 9.491, de 1997	BNDES		
Creditício	Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Lei nº 9.531, de 1997; e Decreto nº 3.113, de 1999	BNDES		
Financeiro/ Creditício	Programa de Financiamento às Exportações - Proex	Lei nº 10.184, de 2001; e Decreto nº 7.710, de 2012	Câmara de Comércio Exterior - Camex		
Financeiro	Operações de custeio agropecuário	Lei nº 4.829, de 1965; Decreto nº 58.380, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; e Lei nº 8.427, de 1992			
Financeiro		Decreto-Lei nº 79 de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; e Lei nº 9.848, de 1999			

BENEFÍCIO FINANCEIRO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO	LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
OU CREDITÍCIO				
Financeiro	Aquisições do Governo Federal - AGF	Decreto-Lei nº 79, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 235 de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; Lei nº 9.848, de 1999; e Decreto nº 7.920, de 2013	, ,	
Financeiro	Operações de investimento rural e agroindustrial	Lei nº 4.829, de 1965; Decreto nº 58.380, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; e Lei nº 9.848, de 1999	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Financeiro	Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - PSR	Lei nº 10.823, de 2003; Decreto nº 5.121, de 2004; e Decreto nº 6.002, de 2006	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Financeiro	, ,	Lei nº 4.829, de 1965; Decreto nº 58.380, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.174, de 1991; Decreto nº 235, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; e Lei nº 9.848, de 1999	, ,	
Financeiro/ Creditício	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé	Decreto-Lei nº 2.295, de 1986; Lei nº 9.239, de 1995; Lei nº 10.437, de 2002; e Lei nº 11.775, de 2008	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Financeiro/ Creditício	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	Lei nº 9.126, de 1995; Lei nº 11.775, de 2008; Lei nº 12.380, de 2011; e Lei nº 13.340, de 2016	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	

BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO		LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Creditício	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		0.973, de 2004; Decreto nº 5.563, de 2005; Lei nº 11.196, de 2005; e Decreto nº 6.260, de 2007		e
Creditício	Fundo de Financiamento Estudantil - Fies	10.846, c Lei nº 12	0.260, de 2001; Decreto nº 4.035, de 2001; Lei nº de 2004; Lei nº 11.482, de 2007; Lei nº 11.552, de 2007; .202, de 2010; Lei nº 12.513, de 2011; Lei nº 13.366, de Decreto nº 17, de 2017; e Lei nº 13.530, de 2017	Ministério da Educação	
Financeiro	Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS		eto-Lei nº 2.291, de 1986; e Lei nº 10.150, de 2000	Ministério da Fazenda	
Financeiro	Operações de Financiamento de que tratam a Lei nº 12.096, de 2009, e a Lei nº 12.409, de 2011 (Programa de Sustentação do Investimento - PSI)		ei nº 12.096, de 2009; e Lei nº 12.409, de 2011	Ministério da Fazenda	
Financeiro/ Creditício	Securitização agrícola	Lei nº 9.:	138, de 1995; Lei nº 9.866, de 1999; e Lei nº 10.437, de 2002	Ministério da Fazenda	
Financeiro/ Creditício	Alongamento da dívida do crédito rural (Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA)		ei nº 9.866, de 1999; e Lei nº 10.437, de 2002	Ministério da Fazenda	
BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO		LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Financeiro	Operações de financiamento para infra em projetos de habitação popula		Lei nº 11.977, de 2009	Ministério da Fazenda	
Financeiro	Programa Nacional de Microcrédito F Orientado (Programa Crescer)	Produtivo	Decreto nº 5.288, de 2004; Lei nº 11.110, de 2005; e Lei nº 12.666, de 2012	Ministério da Fazenda	
Financeiro	Empréstimos e financiamentos destir estocagem de álcool etílico combustível renovação e implantação de canaviais (I de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - F	e para a Programa	Lei nº 12.666, de 2012	Ministério da Fazenda	
Financeiro	Financiamentos destinados à reestr produtiva e às exportações (Revitali		Lei nº 11.529, de 2007; Decreto nº 6.252, de 2007; e Lei nº 12.712, de 2012	Ministério da Fazenda	
Financeiro	Operações de financiamento para a aqu bens e serviços de tecnologia assistiva des pessoas com deficiência (Viver sem Limit	tinados a	Lei nº 12.613, de 2012	Ministério da Fazenda	
Financeiro/ Creditício	Programa de Revitalização de Coopera Produção Agropecuária - Recoop		Decreto nº 2.936, de 1999; Decreto nº 3.263, de 1999; Decreto nº 3.701, de 2000; e Lei nº 10.437, de 2002	Ministério da Fazenda	
BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO		LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Creditício			948, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010; Lei nº 12.397, d lº 12.453, de 2011; Lei nº 12.979, de 2014; Lei nº 13.000 de 2014; e Lei nº 13.126, de 2015		
Creditício	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - Proer		Lei nº 9.710, de 1998	Ministério da Fazenda	
Creditício			o de 1988 (art. 159); Lei nº 7.827, de 1989; Lei n 2001; Decreto nº 5.641, de 2005; e Decreto nº 6.367, d 2008		
Financeiro	Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)		Lei nº 11.011, de 2004	Ministério da Integração Nacional	

Financeiro/	Operações de crédito para investimento	Decreto nº 4.254, de 2002; Lei Complementar nº 124, de 2007; Lei	Ministério da Integração	
Creditício	no âmbito dos Fundos de	Complementar nº 125, de 2007; Lei Complementar nº 129, de 2009;	Nacional	
	Desenvolvimento Regional (FDA, FDNE,	Decreto nº 6.952, de 2009; Lei nº 12.712, de 2012; Decreto nº		
	FDCO)	7.838, de 2012; Decreto nº 7.839, de 2012; Lei nº 12.793, de 2013;		
		e Decreto nº 8.067, de 2013		
Financeiro	Programa Minha Casa, Minha Vida -	Lei nº 8.677, de 1993; Lei nº 10.188, de 2001; Lei nº 11.977, de	Ministério das Cidades	
	PMCMV	2009; e Decreto nº 7.499, de 2011		

BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO	LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Financeiro	Subsídio para redução da tarifa de transporte de gás natural	Lei nº 10.336, de 2001; Lei nº 10.604, de 2002; e Lei nº 10.848, de 2004	Ministério de Minas e Energia	
Creditício	Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Constituição de 1988 (art. 239); Lei nº 7.998, de 1990; Lei nº 8.352, de 1991; e Lei nº 10.608, de 2002	Ministério do Trabalho	
Creditício	Fundo da Marinha Mercante - FMM	Decreto-Lei nº 1.801, de 1980; Decreto-Lei nº 2.404, de 1987; e Lei nº 10.893, de 2004	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Financeiro/ Creditício	Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf	Lei nº 4.829, de 1965; Decreto nº 58.380, de 1966; Lei nº 8.427, de 1991; Decreto nº 1.946, de 1996; Decreto nº 3.991, de 2001; Lei nº 10.186, de 2001; Decreto nº 4.854, de 2003; Lei nº 11.322, de 2006; Lei nº 11.326, de 2006; Decreto nº 5.996 de 2006; Decreto nº 6.447, de 2008; e Lei nº 11.775, de 2008	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da	
Financeiro	Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos da agricultura familiar	Decreto-Lei nº 79, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; e Lei nº 9.848, de 1999	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República	

BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO	FUNDO/PROGRAMA/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO	LEGISLAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	CORRESPONSÁVEL
Financeiro		Decreto-Lei nº 79, de 1966; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 235, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; Lei nº 9.848, de 1999; e Decreto nº 7.920, de 2013		
Creditício	Fundo de terras e da reforma agrária (Banco da Terra)	Lei Complementar nº 93, de 1998; e Decreto nº 4.892, de 2003	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República	
Financeiro	Subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras	Lei nº 9.445, de 1997; e Decreto nº 4.969, de 2004	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República	